

# Sumário

Número de notícias: 21 | Número de veículos: 17

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária é este ano, diz Alckmin ..... 3

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA  
SERVIDOR PÚBLICO

Haddad descarta mais impostos ..... 5

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

Manobras no arcabouço elevam gasto do governo em até R\$ 82 bi em 2024 ..... 6

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Fila do INSS cresce sob Lula com impasse sobre bônus ..... 8

VALOR ONLINE - BRASIL  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Há espaço para reduzir combustível, diz Haddad ..... 11

O GLOBO - ON LINE - RJ  
SEGURIDADE SOCIAL

Para analistas, relatório de arcabouço fiscal avança trazendo sanções mais duras ..... 13

PORTAL R7 - NACIONAL - BRASÍLIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Aumento real do salário mínimo vai custar R\$ 82,4 bilhões até 2026, estima governo  
..... 15

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
SERVIDOR PÚBLICO

Câmara aprova urgência para marco fiscal ..... 17

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

"Se perder o 1º ano, passou", diz Alckmin sobre tributária ..... 19

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Por "carro popular" a até R\$ 60 mil, governo quer ajuda dos Estados ..... 20

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Estados se articulam para rever metas de recuperação fiscal ..... 22

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Sem Lira, governo perde votações na Câmara, diz Ciro Nogueira ..... 24

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Possíveis reformas tributárias no Brasil (Artigo) ..... 28

FOLHA ONLINE - SP  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Entenda o que é o G7 e quais são as diferenças para o G8 e o G20 (Rússia) ..... 29

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Custo Brasil chega a R\$ 1,7 trilhão por ano .....	31
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Petrobras "guardou gordura" para fim da desoneração, diz Haddad.....	32
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
"Estratégia começa a dar resultado", diz chefe do BC .....	34
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Em 1º teste da regra fiscal, Câmara aprova urgência com folga.....	35
FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ECONOMIA	
Economia surpreende no 1º tri, mas deve perder ritmo .....	37
O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES ECONOMIA	
Marcha à ré (Editorial).....	40
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA ECONOMIA	
Mexida no arcabouço amplia gastos.....	41

# Reforma tributária é este ano, diz Alckmin

**Victor Correia**

Representantes do Poder Executivo e do setor produtivo defendem que 2023 é a janela de oportunidade para a realização de reformas que melhorem o cenário econômico brasileiro. Ontem, o presidente em exercício, o vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB), afirmou que, se o Parlamento não aprovar a **reforma tributária** neste primeiro ano de governo, "passou". Alckmin assumiu a cadeira da presidência com a viagem do mandatário, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), para participar da cúpula do G7 no Japão.

O presidente em exercício discursou na abertura do 1º Fórum de Competitividade, evento realizado em Brasília pela Frente Parlamentar Brasil Competitivo, que reuniu empresários, parlamentares e autoridades do governo.

"Estou otimista. Acho que está maduro o projeto de **reforma tributária**. Reformas têm de ser aprovadas no primeiro ano. Se perder o primeiro ano, passou. Ela não é uma obra acabada e perfeita, mas vai ajudar muito. A mudança trará simplificação, eficiência econômica e ajudará nas exportações", avaliou Alckmin.

Para ele, que também chefia o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), o acúmulo de tributações é um dos fatores que prejudica a competitividade das empresas brasileiras, e será resolvido com a aprovação da reforma. Alckmin também ressaltou a importância de se aprovar o novo arcabouço fiscal, que teve seu requerimento de urgência acatado ontem pela Câmara dos Deputados.

"Essa também é uma proposta importante. A **inflação** está em queda, atualmente em 4,2% ao ano, e deve ficar abaixo de 4%. Números menores que os dos Estados Unidos, da Europa. Isso deve levar a uma redução de juros", disse Alckmin. Ele considerou que, com ajustes na economia, o país tem potencial para atrair investimentos no agronegócio e na mineração, por exemplo, mas especialmente na indústria e nos serviços, cuja produção tem maior valor agregado.

## Nova Abordagem

O presidente e um dos fundadores do Fórum Econômico Mundial, o economista Klaus Schwab, esteve em Brasília ontem e participou como o principal palestrante do Fórum de Competitividade, organizado

pela Frente Parlamentar Brasil Competitivo. Em sua fala, Schwab avaliou que o Brasil tem a oportunidade, nos próximos anos, de liderar uma nova abordagem de desenvolvimento no mundo.

"Com o Brasil assumindo a presidência do G20, em 2024 - e esperamos que, em 2025, assumira a presidência da COP (cúpula das Nações Unidas para o meio ambiente) também -, há uma grande oportunidade para demonstrar ao mundo a liderança em fomentar uma nova abordagem para o desenvolvimento, baseada em uma mistura única de empreendedorismo, que gera prosperidade, cuidado das pessoas e proteção do país", discursou o economista.

Para Schwab, as mudanças políticas, tecnológicas, sociais e de negócio que ocorreram nas últimas décadas exigem abordagens fundamentalmente novas pelos países, sociedades e atores econômicos. Ele também defendeu um novo conceito para a competitividade, definindo como prioritária uma alta produção, mas também melhorando a qualidade de vida das pessoas e protegendo o meio ambiente. Em sua visão, esse é o novo modelo econômico que deve se instalar nos próximos anos.

Entre os presentes no evento estavam a secretária de Competitividade e Política Regulatória do Mdic, Andrea Macera, o governador do Pará, Helder Barbalho (MDB), o presidente do Conselho do Bradesco, Luiz Carlos Trabuco, e o deputado Arnaldo Jardim (Cidadania-SP).

## Três perguntas para

Rogério Caiuby, conselheiro executivo do MBC

O sistema tributário é um dos principais elementos do Custo Brasil. Como vê a discussão atual sobre a reforma?

A atual proposta é resultado da discussão que a gente vem tendo há muito tempo.

Ela tem enormes desafios para que seja aprovada, mas já se chegou a alguns consensos, como tornar o sistema tributário mais simples. O setor produtivo gasta 62 dias por ano para honrar os seus compromissos com a tributação.

Na média dos países da OCDE, são seis dias.

Quais outros fatores contribuem para o cálculo desse indicador?

O capital humano, sozinho representa quase 20% do Custo Brasil. O fator que mais dificulta, é a baixa qualificação da mão de obra. A baixa qualidade do ensino no Brasil, desde o básico, representa 8% do Custo Brasil. As empresas têm que investir R\$ 158 bilhões por ano nos seus profissionais.

E falta ensino técnico.

Na Inglaterra, Alemanha, a penetração (do ensino técnico) chega a 45%, 50%. No Brasil, mal chega a 11%.

E na infraestrutura?

Na infraestrutura, são dois aspectos. Um, é o acesso à banda larga. A gente conseguiu avançar nos últimos quatro anos - saímos de 14%, 15%, para quase 20%.

Agora, com o 5G, isso pode continuar crescendo. Esse fator é fundamental para a transformação digital do setor produtivo, não só do governo.

No custo logístico, o Brasil andou de lado. Muito se fez na contratação de novos projetos, mas isso leva tempo para efetivar. Foi aprovado recentemente (em 2022) o Plano Nacional de Logística que, se sair do papel, trará maior participação dos setores ferroviário, marítimo, e hidroviário.

**Site:**

**<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/05/18/all.pdf>**

# Haddad descarta mais impostos

Brasília - O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem aos deputados das comissões de Desenvolvimento Econômico, Finanças e Tributação, e Fiscalização Financeira e Controle da Câmara, que o substitutivo do deputado Cláudio Cajado (PP-BA) sobre as novas regras fiscais pode desagradar alguns mais progressistas e outros mais conservadores, mas defendeu um texto que reforce o "centro":

"O relator fez um trabalho para tentar buscar aquele centro expandido, vamos dizer assim, para obter o resultado pretendido. Não apenas os 257 votos para aprovar lei complementar, mas um espaço ainda maior de 300,350 votos. Para sinalizar ao país que este centro está sendo reforçado, que estamos despolarizando o país para o bem do próprio País", disse Haddad.

Sobre as críticas de que só será possível cumprir as metas fiscais com aumento de carga tributária, Haddad disse que o governo está mirando apenas quem não paga **impostos** e que isso não é aumentar a carga tributária. O ministro disse que os parlamentares precisam voltar seus olhos para cerca de R\$ 1,3 trilhão de benefícios fiscais e juros da dívida pública que o país está pagando anualmente. "Buscar o equilíbrio das contas não pode ser em cima da população que mais precisa desta Casa. Não podemos anunciar para o país mais sete anos de congelamento do salário mínimo ou mais sete anos de não reajuste da tabela do Imposto de Renda. Anunciar para os **servidores públicos** que não serão objeto da nossa atenção. Eu penso que temos que olhar para onde dá para cortar", afirmou.

Um dos autores de requerimento para a ida de Haddad à Câmara, Kim Kataguiri (União-SP) questionou o ministro se as emendas individuais dos parlamentares não estão sendo usadas agora da mesma forma que as emendas de relator, que sofriam críticas por falta de transparência. "Eu gostaria de saber se o senhor é favorável a esse tipo de uso de RP2 para compra de apoio ou criação de base parlamentar. E saber se essas emendas vão ter a transparência exigida pelo STF", disse. Haddad respondeu que o orçamento secreto acabou e que as emendas estão sendo liberadas porque não houve contingenciamento. Mas defendeu que as emendas, num total de R\$ 40 bilhões, sejam mais discutidas para que os recursos possam ser canalizados para ações estratégicas.

# Manobras no arcabouço elevam gasto do governo em até R\$ 82 bi em 2024



Fernando Haddad e o número 2 da Fazenda, Gabriel Galípolo, na Câmara Pedro Ladeira/Folhapress

**Alexa Salomão Idiana Tomazelli**

Alterações no projeto de lei complementar do novo arcabouço fiscal estão garantindo recursos adicionais para o Executivo turbinar seus gastos fora dos parâmetros propostos inicialmente pelo próprio governo.

Pelo menos duas mudanças já chamaram a atenção dos especialistas: a autorização para os gastos crescerem no máximo previsto pela regra em 2024 e a permissão permanente para o governo usar a **inflação** a favor de mais despesas em caso de repique dos preços até o fim do ano.

As duas manobras asseguram um espaço extra de até R\$ 82 bilhões para gastos do governo petista em 2024 e ampliam a base de cálculo para os anos seguintes.

"Tentam garantir mais gastos, possivelmente atendendo a pressões. Essa é uma coisa ruim do substitutivo", afirma Felipe Salto, economista-chefe da Warren Rena.

A avaliação entre os especialistas é que o Ministério da Fazenda reconhece que terá dificuldades para elevar as receitas e cumprir os parâmetros, o que levaria a uma menor expansão orçamentária já na largada do arcabouço. Por isso, a pasta busca alternativas no Congresso para garantir recursos adicionais.

Pela regra em discussão, o limite de gasto do ano seguinte deve equivaler a 70% da variação da receita

em 12 meses acumulados até junho do ano anterior, já descontada a **inflação**, mas sempre dentro de uma banda de 0,6% a 2,5%.

O relator do projeto de lei na Câmara que estabelece o novo regime fiscal, deputado federal Cláudio Cajado (PP-BA), fixou que a despesa do governo pode ter um crescimento real de 2,5% no gasto, seja qual for a receita.

O governo vinha projetando um crescimento da despesa menor, de cerca de 2,3%. No entanto, a estimativa era generosa quando comparada à feita por parte dos economistas que trabalham com estatísticas macroeconômicas. A articulação para cravar o percentual de 2,5% reforça a percepção de que seria difícil chegar a esse patamar.

O ex-secretário do Tesouro Nacional Jeferson Bittencourt, economista da ASA Investments, fez as contas sobre o eventual efeito dessa mudança. Ele estima que a fixação do crescimento real do limite em 2,5% para o ano que vem pode render R\$ 40 bilhões adicionais para o governo, na comparação com a expectativa inicial de um avanço pelo piso de 0,6%.

Há também um custo para a imagem do governo.

"Ficou ruim fixar no primeiro ano um percentual, já desviando da proposta original. Mostra dificuldade de o governo lidar com a sua própria regra", afirma o economista Manoel Pires, coordenador do Núcleo de Política Econômica e do Observatório de Política Fiscal do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas).

Pires acredita que o governo terá de seguir fazendo ajustes para cumprir a regra, possivelmente em pouco tempo.

"Minha perspectiva é que se produzam alguns avanços nos próximos três anos, como melhora de primário e dos mecanismos de gestão", diz ele. "Depois, avaliamos algum ajuste mais estrutural na regra, mantendo o que funcionou e ajustando outras coisas. As regras mudam em outros países também na medida em que essas avaliações são feitas. É um debate evolutivo no mundo todo."

Pires estimava crescimento de pouco mais de 1% nos

gastos pelos parâmetros da proposta apresentada originalmente.

O número é ligeiramente superior ao projetado pelo economista Bráulio Borges que, considerando as receitas até junho deste ano, trabalhava com um aumento real de 0,9% para as despesas dentro da regra.

"A sinalização é ruim porque mostra que o governo não quer fazer ajuste já no primeiro ano de vigência do novo arcabouço, e isso depois de ter um ano de forte expansão de despesas, por causa da PEC (proposta de emenda à Constituição) aprovada em 2022", afirma, em referência à proposta aprovada ainda na transição, que assegurou um adicional de R\$ 168 bilhões.

Nas projeções de Borges, a fixação do crescimento da despesa no teto da banda também vai elevar o esforço necessário para cumprir a meta de resultado primário - a promessa do ministro Fernando Haddad (Fazenda) é zerar o déficit no ano que vem. Se antes o governo precisaria de R\$ 150 bilhões, com a mudança vai ter de conseguir um adicional de receita da ordem de R\$ 180 bilhões.

Procurado pela reportagem, Cajado explicou que a fixação dos 2,5% busca contornar os efeitos da desoneração dos combustíveis adotada no fim de 2022, que contribuiu para derrubar a **inflação** -que agora corrigirá o novo teto (já que um menor índice de preços diminui a correção das despesas).

Segundo ele, a proposta foi colocada na mesa de negociação e foi aceita por todos que participam das conversas sobre o novo arcabouço.

No entanto, a metodologia para o reajuste do limite de despesas pela **inflação** também foi alterada na tramitação do texto -o que deve impulsionar mais os gastos.

Pela proposta original, seria considerado o IPCA acumulado de janeiro a junho e o estimado pelo governo de julho a dezembro. Como estimativas estão sempre em uma área cinzenta, o relator considerou mais apropriado considerar o IPCA que de fato ocorreu nos 12 meses encerrados em junho do ano anterior do Orçamento.

Essa mudança também veio acompanhada de uma manobra que ajudou a turbinar as despesas na largada do arcabouço. A nova versão do texto autoriza o governo a fazer ajustes, caso o índice de preços tenha uma aceleração nos meses até dezembro.

Esse ajuste significa, na prática, a possibilidade de

ampliar gastos no exercício seguinte. Via de regra, a incorporação dessa diferença seria temporária, mas o texto prevê uma exceção para 2024, quando o ajuste nos gastos será permanente. Isso ajudará a inflar a base de cálculo do limite para 2025 em diante.

Bittencourt, da ASA Investments, estima que só esse efeito pode dar mais R\$ 42 bilhões para o governo gastar.

Isso porque a **inflação** acumulada em 12 meses até junho de 2023 deve ficar em 3,7%, enquanto o IPCA até dezembro é estimado em 5,8%. A diferença de 2,1 ponto percentual é quanto o teto crescerá a mais, de forma permanente, por causa da redação da regra.

Técnicos que participam das negociações do projeto admitem que a redação proporciona um espaço extra de pelo menos R\$ 35 bilhões -menor que as estimativas do mercado porque há expectativa de queda no preço dos combustíveis.

Outros técnicos minimizam o ruído em torno desse ponto sob a justificativa de que o projeto original do governo já previa a correção do limite pela **inflação** observada até junho mais a projeção até dezembro. Para esse grupo, o valor extra já estaria contabilizado nas estimativas.

No mercado, outros economistas também apontam o espaço extra que o desenho da regra está proporcionando ao governo. "Nossa conta é de que o governo "ganha" R\$ 68 bilhões a mais para gastar no ano que vem", estima Tiago Sbardelotto, da XP Investimentos. Desse valor, R\$ 19 bilhões viriam da fixação do crescimento da despesa em 2,5%, e os outros R\$ 49 bilhões, da diferença nos índices de **inflação**.

Procurada pela Folha, a assessoria do Ministério da Fazenda disse que não comentará projeções feitas por instituições privadas e que o arcabouço segue o trâmite no Congresso.

"O Ministério da Fazenda apresentou o projeto do Regime Fiscal Sustentável e o submeteu ao Congresso Nacional. Neste momento, dentro da normalidade do sistema democrático, cabe ao relator e ao Parlamento debaterem a proposta."

**Site:**

[https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50280&maxTouch=0&\\_ga=2.162873658.702525360.1684118486-1980247189.1672582619](https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50280&maxTouch=0&_ga=2.162873658.702525360.1684118486-1980247189.1672582619)

# Fila do INSS cresce sob Lula com impasse sobre bônus

*Idiana Tomazelli Danielle Brant*

A fila de espera por benefícios do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) voltou a crescer no início do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em meio a um impasse sobre o pagamento de um bônus para servidores e peritos ampliarem a análise dos requerimentos.

Segundo dados do Ministério da **Previdência Social**, 1,05 milhão de brasileiros aguardavam perícia médica em abril deste ano. O número é 13,3% maior do que em dezembro de 2022 (930,6 mil) e representa um salto em relação à média de 490 mil pedidos aguardando agendamento nos três primeiros meses do ano passado.

Benefícios que já passaram por perícia ou não dependem dessa análise esbarram em uma segunda fila, a de processos de requerimento inicial no **INSS**. Nesse caso, a quantidade de pedidos pendentes chegou a 1,38 milhão em março de 2023 -300 mil a mais do que em dezembro de 2022. Em abril, o número recuou a 1,26 milhão, mas ainda está acima do ano passado.

Cerca de dois terços das perícias médicas solicitadas estão relacionadas a benefícios por incapacidade. Outros 20% têm relação com o BPC (Benefício de Prestação Continuada), pago a idosos e pessoas com deficiência de baixa renda, enquanto uma parte menor contempla aposentadoria especial por exposição a agentes prejudiciais à saúde.

A fila geral do **INSS**, por sua vez, inclui principalmente pedidos de aposentadoria.

A demora na concessão dos benefícios tem impacto no cotidiano das famílias e também gera custos para o setor público, devido à necessidade de pagar valores retroativos, os chamados atrasados do **INSS**, com correção monetária e juros.

A redução dessa fila foi uma das promessas de campanha de Lula, que almeja pôr fim a um problema que já se arrasta desde governos anteriores. O objetivo é colocar as análises em dia respeitando os prazos de resposta a esses requerimentos. Hoje, há beneficiários que aguardam mais de seis meses para conseguir uma perícia médica.

O pagamento de um bônus por análise extra tem sido usado de forma intermitente desde 2016 para acelerar as análises. Desde o fim de 2022, porém, seu pagamento está suspenso, devido ao entendimento de que não era possível autorizar a despesa para além do ano eleitoral.

Os peritos e demais servidores do **INSS**, por sua vez, cobram a retomada do pagamento extra, que significa um incremento importante em seus salários. Enquanto isso não acontece, as filas seguem em alta.

O ministro da **Previdência Social**, Carlos Lupi, já cobrou uma solução dos colegas Fernando Haddad (Fazenda), Simone Tebet (Planejamento e Orçamento) e Esther Dweck (Gestão e Inovação), mas ainda não houve definição sobre o tema.

Além da necessidade de recursos no Orçamento, o pedido de Lupi esbarra em uma questão mais ampla. Após negociar um reajuste linear de 9% aos servidores a partir de maio, o Executivo não quer fazer concessões pontuais, que possam parecer tratamento diferenciado a determinada carreira.

O temor é que atender à demanda dos peritos e dos servidores do **INSS** abra brecha para outras categorias pedirem aumentos salariais mais vultosos ou a implementação de seus próprios bônus -como é o caso da **Receita Federal**. Os auditores fiscais inclusive retomaram a mobilização que pede a regulamentação dessa bonificação (o que resultaria em valores maiores pagos mensalmente aos profissionais).

Hoje, os peritos têm como meta concluir 12 análises por dia. Ao todo, há 2.900 peritos, para um volume mensal médio de 400 mil novos pedidos que exigem perícia médica no **INSS**. De acordo com a Previdência, o número atual de servidores consegue atender a 95% da demanda mensal e é insuficiente para atacar o passivo acumulado -o que provoca aumento da fila.

O pagamento do bônus é visto como uma solução para equacionar o problema. Até dezembro, os peritos recebiam R\$ 61,72 por análise extra. Naquele mês, os funcionários conseguiram realizar 120 mil avaliações adicionais.

Dentro do ministério, a retomada do pagamento extra é vista como essencial para que o governo consiga cumprir sua promessa de zerar a fila do **INSS**. A intenção é que uma MP (medida provisória), com vigência imediata, seja publicada até o fim de maio.

Nesse cenário, a pasta estima que seria possível zerar a fila em seis meses. O cálculo considera a adesão de apenas metade dos peritos e uma análise extra de 200 mil perícias por mês.

O valor a ser pago por avaliação adicional, no entanto, é um dos pontos de controvérsia dentro do governo, de acordo com interlocutores dos ministérios. Há uma expectativa de que o repasse seja maior que os R\$ 61,72 pagos anteriormente, podendo passar dos R\$ 70.

Para justificar o valor maior, uma das propostas é cobrar uma meta diária superior a 12 análises para que o perito tenha direito ao bônus, pago apenas por processo extra concluído (ou seja, acima da meta).

Há também discussões sobre a necessidade de estabelecer um teto para pagamento de bônus aos peritos, para evitar ruídos com as demais carreiras. No entanto, essa proposta tem potencial para desestimular a adesão, segundo pessoas que participam das negociações.

A MP também deve retomar o pagamento de um bônus para os servidores do **INSS** que analisam os requerimentos que já passaram por perícia ou não dependem dessa etapa para serem processados.

Enquanto a MP não é publicada, o governo discute liberar a nomeação de novos servidores do **INSS**, aproveitando o cadastro de reserva de um concurso já realizado.

Além do impasse em torno do bônus em si, a discussão sobre a fila da Previdência tem reflexos na programação Orçamentária. Quando há represamento nas concessões, o governo ganha tempo e poupa recursos no curto prazo. Isso gera um alívio do lado das despesas, embora temporário.

Por outro lado, quando o governo acelera as análises para atacar a fila, a despesa com benefícios tende a dar um salto. No fim de 2022, o governo de Jair Bolsonaro (PL) precisou recorrer ao TCU (Tribunal de Contas da União) para poder usar exceções legais e autorizar um crédito de R\$ 7,5 bilhões fora do teto de gastos para bancar os pagamentos do **INSS**.

Na época, como mostrou a Folha, a redução veloz da fila foi o principal combustível para o aumento das despesas. Segundo interlocutores, auxiliares do então

ministro Paulo Guedes inclusive pediram para o ministro do Trabalho e Previdência na ocasião, José Carlos Oliveira, tirar o pé do acelerador nas análises para evitar um colapso no Orçamento.

Agora, segundo interlocutores do atual governo, o Ministério da Fazenda também tem pedido rigor nos cálculos da despesa projetada com a redução da fila, uma vez que um aumento nos gastos da Previdência pode exigir cortes em outras áreas.

Até o momento, já se espera uma alta de cerca de R\$ 1 bilhão nos gastos do **INSS**, caso a fila de perícias seja reduzida à metade até o mês de dezembro. A revisão total, porém, tende a ser ainda maior.

O **INSS** vê necessidade de uma suplementação orçamentária a partir de outubro ou novembro, dado que os cálculos atuais são considerados subestimados. Como mostrou a Folha, o governo optou por considerar o salário mínimo de R\$ 1.302 na reavaliação do Orçamento feita em março e cortou despesas do **INSS**, a despeito dos alertas da Previdência de que esse movimento seria insustentável. Agora, o gasto deve subir novamente, já que Lula oficializou o novo piso nacional em R\$ 1.320.

Com a retomada dos bônus, o objetivo do governo é voltar ao cenário que havia em 2009, quando o prazo médio das perícias era de 30 dias. Hoje, segundo dados de abril da Previdência, essa espera chega a 199 dias no Tocantins, 188 dias no Amazonas e 176 dias no Sergipe. Há uma preocupação com o fato de que os piores indicadores estão nas regiões Norte e Nordeste, justamente onde há maior número de famílias em situação de vulnerabilidade.

O Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) afirmou que a proposta do bônus está em análise pela área técnica .

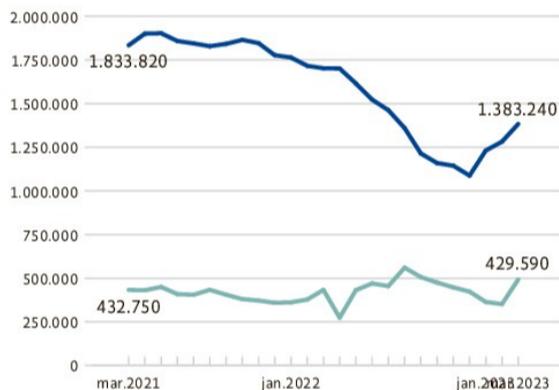
**Site:**

[https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50280&maxTouch=0&\\_ga=2.162873658.702525360.1684118486-1980247189.1672582619](https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50280&maxTouch=0&_ga=2.162873658.702525360.1684118486-1980247189.1672582619)

### Fila do INSS volta a subir no início do governo Lula

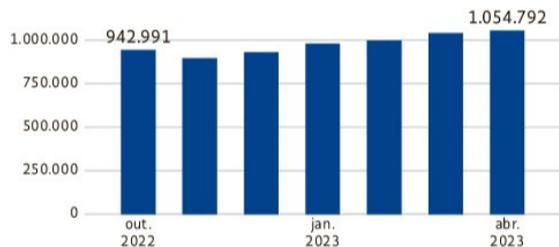
Número de requerimentos à espera de análise

■ Estoque de requerimentos\*  
■ Novos benefícios concedidos



\* Pedidos que já passaram por perícia médica

### Estoque de perícias médicas



### Tempo médio de espera por perícia

Em dias



Fonte: Boletim Estatístico da Previdência Social

# Há espaço para reduzir combustível, diz Haddad

*Por Estevão Taiar, Guilherme Pimenta e Lu Aiko Otta - De Brasília*

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou ontem que a Petrobras ainda não diminuiu os preços dos combustíveis na medida que tinha para diminuir. O espaço para cortar novamente os preços seria uma forma de compensar as reonerações do PIS/Pasep e da Cofins sobre combustíveis previstas para começar em 1º de julho, segundo ele.

"O aumento do preço previsto para 1º de julho vai ser absorvido pela queda do preço [dos combustíveis] deixada para esse dia. Nós não baixamos tudo que podíamos, justamente esperando o 1º de julho, quando acaba o imposto de exportação e acaba o ciclo de reoneração. E tudo bem. Como vai acontecer com o diesel no fim do ano, que já deixou gordura para acomodar a reoneração", disse em audiência na Câmara dos Deputados, um dia após a estatal anunciar sua nova política de preços.

Segundo Haddad, a "Petrobras deixou claro que obviamente vai olhar o preço internacional". Mas ele também disse que a empresa "pode, em uma situação mais favorável como agora, em que o preço do petróleo caiu, mas o preço do dólar [também] caiu, combinar os dois fatores e reonerar sem impacto na bomba". Alguns analistas veem risco de ingerência do governo na Petrobras com nova política de preços.

Haddad também voltou a defender o corte de um quarto dos gastos tributários federais, que recairia sobre "benefícios indevidos". No total, a Fazenda estima que as renúncias fiscais chegam próximas a R\$ 600 bilhões, e o governo conta com mais receitas para principalmente dar sustentação ao arcabouço fiscal.

"Deveríamos pensar em dar transparência aos benefícios fiscais concedidos", disse. Ele comentou que existe o cadastro do Bolsa Família, no qual é possível saber quem recebe o benefício. Já os gastos tributários, comparou, ficam "escondidos" no Orçamento. "Estamos em diálogo com a CGU [Controladoria-Geral da União] para abrir esses dados", informou. Nesta quarta-feira, 17, o Valor mostrou que a **Receita Federal** já iniciou um plano para expor dados de contribuintes que são beneficiados por qualquer tipo de renúncia ou vantagens fiscais.

Ele lembrou que existe uma emenda constitucional que determina fim de metade dos benefícios fiscais em oito anos. A proposta foi aprovada no governo passado. "Por que não podemos cortar 1/4 desses favores e fechar a conta do Orçamento?", questionou.

Alguns desses benefícios, disse, são justificados e vão permanecer ativos. "Entendemos que a Zona Franca de Manaus é importante, pois há uma quantidade enorme de famílias que precisam de oportunidades ali, precisa fomentar alternativas para aquela juventude ter trabalho e renda", afirmou.

Ele ainda disse que o Executivo e o Legislativo deveriam estar olhando para um gasto de R\$ 1,3 trilhão, formado pelos R\$ 600 bilhões das renúncias e pelas despesas com juros estimadas em R\$ 740 bilhões este ano. "Devemos olhar para onde dá para cortar", afirmou aos deputados.

Em um momento de dificuldade do governo junto ao Congresso, Haddad foi muito questionado sobre a execução de emendas parlamentares e defendeu um debate entre governo e Congresso para canalizar emendas ao Orçamento para projetos mais estratégicos e de maior transparência. O total de emendas, considerados todos os tipos, chega a R\$ 40 bilhões, ou 0,5% do Produto Interno Bruto (**PIB**).

"Deveríamos abrir um debate de como canalizar esses recursos", disse. "Em vez de pulverizar, canalizar para projetos estratégicos, dando mais transparência", considerou. Ainda assim, ele reconheceu não saber se há espaço na casa legislativa para esse debate. "Mas teríamos todo interesse em fazer esse debate", disse.

Aos parlamentares o ministro disse que não há intenção de tributar games, e sim setores que não são regulamentados, como as bets (casas de apostas).

Haddad também alegou que há risco de o processo de acesso do Brasil à Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) ser interrompido caso o voto de qualidade no **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** não seja restabelecido pelo Congresso, como quer o governo. O próprio Congresso pôs fim ao modelo há quatro anos.

**Notícias Relacionadas:**

VALOR ECONÔMICO - SP  
Há espaço para reduzir combustível, diz Haddad

**Site:** <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/05/18/ha-espaco-para-reduzir-combustivel-diz-haddad.ghtml>

# Para analistas, relatório de arcabouço fiscal avança trazendo sanções mais duras

Por Victoria Abel, Paula Ferreira e Cássia Almeida - Brasília e Rio

Em uma vitória do governo federal e do Ministério da Fazenda, a Câmara dos Deputados aprovou ontem a urgência do projeto de lei do novo arcabouço fiscal. Com isso, a proposta não passará por debates nas comissões e vai diretamente para votação em plenário, quando o mérito do texto será analisado. A expectativa é que a votação aconteça na próxima semana, dia 24.

Após semanas de intensa negociação que envolveu diretamente o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, a urgência foi aprovada por 367 votos favoráveis e 102 contrários. Pela manhã, em audiência na Câmara, Haddad havia previsto a aprovação com pelo menos 300 votos. À noite, ele voou para São Paulo, mas não comentou o resultado.

No plenário, o deputado federal Claudio Cajado (PP-BA), relator do projeto, fez um apelo para que os deputados votem a favor da proposta.

- Estamos votando a lei mais importante deste ano. Peço que deixem de lado a questão ideológica. Continuo indo nas bancadas, aberto para ouvir. As críticas são poucas e pontuais - afirmou.

Na terça-feira, Cajado apresentou seu relatório, incluindo sanções em caso de descumprimento das metas fiscais, como proibição de aumento salarial de servidor, criação de cargos e realização de concursos. Não havia sanções no projeto original do governo, apenas que gastar mais que o determinado reduziria o aumento das despesas no ano seguinte.

Os "gatilhos", juntamente com a limitação das exceções à política fiscal foram, bem recebidos pelos analistas.

Já a permissão para que a regra de limitar o crescimento dos gastos públicos a 70% do aumento das receitas seja descumprida logo no primeiro ano de vigência do novo arcabouço foi considerada negativa por especialistas. O relatório prevê que as despesas vão crescer 2,5% acima da **inflação** em 2024, mesmo que a receita cresça menos.

- Propôs uma regra que não vai ser obedecida no

primeiro ano de vigência, só vai valer em 2025 - criticou Manoel Pires, coordenador do Observatório de Política Fiscal do Ibre/FGV.

Para o ex-diretor do Banco Central Tony Volpon, o projeto ainda pode mudar no Congresso e há chances que esse seja um dos aspectos que podem sofrer alterações:

- Lembrando que o governo **Temer** fez isso. Quando o teto (de gastos, que limitava o crescimento da despesa à **inflação**) foi feito, houve a incorporação de vários gastos que jogaram o teto para cima. Sempre tem um pouco de flexibilidade no início da regra.

Cajado afirmou que tenta convencer os deputados do PT de que é mais viável manter as medidas dentro da meta fiscal.

-Você tem condições de, além da **inflação**, ter um crescimento real de, pelo menos, 0,6%, chegando a 2,5%. É mais vantajoso estar dentro.

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, responsável pela articulação política do governo no Congresso, está otimista com a aprovação do projeto depois da vitória desta quarta-feira:

- Essa votação sinaliza que a gente pode votar o conteúdo, que também segue as diretrizes encaminhadas pelo governo do presidente Lula.

Blocos liderados pelo União Brasil-PP e MDB-Republicanos encaminharam favoravelmente, assim como a federação PT, PCdoB e PV. O projeto, no entanto, encontrou resistência em partidos que integram a base governista. A federação PSOL-Rede encaminhou voto contra, alegando que gostaria de mais tempo para debater a proposta.

- A Rede reafirma que é base do governo Lula. Mas a Rede tem várias objeções à proposta do governo. O texto que temos hoje espreme os sonhos do governo - disse o líder Túlio Gadelha (Rede-PE).

PL, Novo e lideranças da minoria e da oposição foram contrários à urgência. A deputada Bia Kicis (PL-DF), do partido do ex-presidente Jair Bolsonaro, criticou o texto:

- O projeto é uma velha opção de aumentar despesas, **impostos**. Temos um sistema melhor, do teto de gastos. Um tema dessa importância teria que ser discutido na Casa e não em regime de urgência.

O PSD sugere um acréscimo ao mecanismo que permite ao presidente da República aumentar as despesas por meio de mensagem enviada ao Congresso. O deputado Pedro Paulo (PSD-RJ) quer que o projeto deixe claro que o aumento de **impostos** não pode ser mecanismo de compensação:

- Estou fazendo sugestões sem tirar a essência do substitutivo. Para essa válvula de escape em que o governo pode, por meio de lei complementar, desarmar gatilhos, não ter novo envio de **impostos**. É uma garantia que a carga tributária será neutra. Não dá para criar uma CPMF porque o modelo não está ficando de pé.

Líder do governo no Congresso, o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP) disse que o PSD vai indicar a relatoria do arcabouço no Senado. Otto Alencar (BA) e Omar Aziz (AM) são os nomes cotados.

Pires, da FGV, considerou positiva a forma como o relator tratou a questão dos bloqueios de despesas, chamados de contingenciamentos. O deputado voltou com os bloqueios, mas limitando a 75% do que seria necessário para cumprir a meta, dando mais flexibilidade para a gestão pública:

- Se a diferença fosse grande, não seria factível, levando o gestor a fazer relatórios mais otimistas para indicar um contingenciamento menor ou a estabelecer metas fiscais muito pouco desafiadoras. E assim se evita o shutdown (paralisação da máquina pública).

Margarida Gutierrez, professora da Coppead/UFRJ, elogiou as sanções incluídas no relatório, mas afirma que as punições não atingem um dos principais indexadores do Orçamento que é o salário-mínimo. O piso serve de referência para a correção de 70% das despesas obrigatórias:

- De novo, sobrou para o servidor. O maior problema, que já tinha na proposta original, ficou: o salário mínimo está preservado (ele está dentro da regra, mas terá correção própria com **inflação** e o resultado do **PIB** de dois anos atrás).

Ela diz que, com isso, uma parte pequena das despesas obrigatórias poderá sofrer congelamento se os gatilhos forem acionados. A economista lembra que há piso para o investimento (em torno de R\$ 70 bilhões) e as despesas de saúde e educação que seguem o comportamento da receita.

- Sobre quais despesas vai ter gatilho? - questiona.

Ela lembra que 50% das despesas obrigatórias, **INSS** e Benefício de Prestação Continuada (BPC), aumentaram 2,5% acima da **inflação** nos últimos dois anos, um crescimento vegetativo provocado pelo envelhecimento da população.

- Numa situação em que as despesas só possam crescer 0,6% (conforme prevê a regra fiscal se as receitas aumentarem pouco), os gastos que não são **INSS** e BPC vão ter que cair 0,8% em termos reais (descontada a **inflação**) para compensar.

Segundo ela, vai ocorrer o mesmo problema do teto de gastos, que comprimiu gastos que não são obrigatórios, afetando serviços públicos.

Volpon faz um balanço positivo das mudanças do relator, ainda que as sanções sejam menos duras do que foi sinalizado anteriormente:

- Não havia mecanismos de enforcement (sanções por descumprimento das metas) na proposta original. Não houve uma mudança radical. Mas não desagradou o mercado.

Ele diz que a votação do arcabouço é um dos fatores que o Banco Central está de olho para definir os juros, além da decisão sobre a meta de **inflação**, se vai ser mantida, aumentada ou se levará mais tempo para alcançada. O Conselho Monetário Nacional se reúne no fim de junho para determinar os parâmetros. O objetivo em 2023 é de 3,25%, caindo para 3% em 2024 e 2025.

- A aprovação do arcabouço fiscal, a solução sobre a meta (de **inflação**), com commodities e dólar caindo, acredito que na reunião de agosto o BC já vai dar a senha para cortar os juros em setembro.

**Site:**

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/05/para-analistas-relatorio-de-arcabouco-fiscal-avanca-trazendo-sancoes-mais-duras.ghtml>

# Aumento real do salário mínimo vai custar R\$ 82,4 bilhões até 2026, estima governo

**Brasília**

/  
**Augusto Fernandes, do R7, em Brasília**

O projeto de lei elaborado pela gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) para garantir um reajuste real para o salário mínimo, ou seja, acima da **inflação**, deve causar um impacto de R\$ 82,4 bilhões aos cofres públicos até 2026, segundo as contas do governo. A proposta do Executivo prevê que, a partir do ano que vem, o valor do mínimo seja corrigido segundo a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) acumulada nos 12 meses encerrados em novembro do exercício anterior ao do reajuste, acrescida da taxa de crescimento real do Produto Interno Bruto (**PIB**) do segundo ano anterior ao ano de referência.

Para 2024, por exemplo, o cálculo seria feito em cima do INPC calculado entre dezembro de 2022 e novembro deste ano, mais o crescimento do **PIB** em 2022. O INPC é a chamada **inflação** dos mais pobres. O índice mede a variação de preços de uma cesta de produtos e serviços consumidos por famílias com rendimento médio mensal de um a cinco salários mínimos.

Compartilhe esta notícia no WhatsApp

Compartilhe esta notícia no Telegram

Alterar o valor do salário mínimo interfere em uma série de benefícios que são calculados segundo esse indicador, como pensões e aposentadorias do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**), o Benefício de Prestação Continuada (BPC), o abono salarial e o seguro-desemprego.

Caso o Congresso Nacional aprove a proposta do governo para estabelecer uma política de valorização do salário mínimo, no ano que vem o aumento acima da **inflação** terá um custo de R\$ 18,1 bilhões. Para 2025 e 2026, os impactos são estimados em R\$ 25,2 bilhões e R\$ 39,1 bilhões, respectivamente.

Essa previsão vai exigir do governo um esforço maior para controlar as contas públicas, visto que a gestão

de Lula tem a intenção de zerar o déficit no ano que vem e registrar resultados positivos a partir de 2025. Para conseguir os recursos necessários para bancar um aumento real para o salário mínimo, o Executivo terá de cortar despesas ou ampliar a arrecadação.

A gestão do presidente, contudo, aposta na aprovação do projeto do chamado arcabouço fiscal, que vai estabelecer uma nova regra para as contas públicas do país, para ter uma folga no orçamento dos próximos três anos. Nas contas do Palácio do Planalto, a medida tem potencial para ampliar a receita do país em R\$ 172 bilhões em 2024, em R\$ 188 bilhões em 2025 e em R\$ 188,5 bilhões em 2026.

O governo quer a aprovação do arcabouço até 31 de agosto, que é a data limite para a apresentação do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2024. O documento vai estimar as receitas e fixar as despesas públicas para o ano que vem, com todos os gastos do Executivo, entre eles o do salário mínimo.

O formato do cálculo para o reajuste do salário mínimo proposto por Lula foi usado no segundo mandato dele como presidente e durante a gestão de Dilma Rousseff (PT). A regra foi mantida até o fim do governo de Michel **Temer** (MDB), mas, a partir de 2019, o salário mínimo passou a ser reajustado apenas segundo o INPC.

A gestão de Lula apoia o retorno dessa fórmula, pois entende que "os aumentos programados e cumulativos, acima da **inflação** com base no patamar valorativo do ano anterior, refletem política que, por um lado, garante o aumento escalonado e estruturado do poder aquisitivo da população e, por outro lado, proporciona previsibilidade aos agentes econômicos, políticos e sociais quanto à valorização do salário mínimo".

"A previsibilidade inerente à política ajudará a cadenciar os indicadores da economia, com segurança e sustentabilidade, na medida em que está ancorada no crescimento real da economia. Assim, a previsibilidade da valorização do salário mínimo auxiliará no controle da **inflação**, uma vez que eventuais reajustes serão transparentes e baseados em indicadores preestabelecidos", diz o governo.

Site: <http://noticias.r7.com/brasilia/aumento-real-do->

**salario-minimo-vai-custar-r-824-bilhoes-ate-2026-estima-  
governo-18052023**

# Câmara aprova urgência para marco fiscal

**Marcelo Ribeiro e Raphael Di Cunto De Brasília**

Em uma vitória para o governo, a Câmara aprovou ontem o requerimento de urgência do projeto do novo arcabouço fiscal, acelerando a tramitação de uma das propostas consideradas prioritárias pela equipe econômica.

Dois dias após o relator Cláudio Cajado (PP-BA) apresentar seu parecer ao colégio de líderes, 367 deputados apoiaram o dispositivo que permitirá que o texto seja votado no plenário sem passar por comissões, enquanto 102 foram contrários.

Um parlamentar se absteve.

O placar elástico foi comemorado por aliados do Palácio do Planalto assim que o resultado foi proclamado. Eles avaliam que a aprovação é um termômetro favorável para a análise que ocorrerá nos próximos dias.

A expectativa do presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), é votar o mérito da nova âncora fiscal para apreciação na próxima semana, entre terça e quarta-feira.

Segundo apurou o Valor, o amplo apoio à urgência deve preservar as perspectivas de concluir a análise do debate rapidamente.

A leitura é que, se o placar tivesse sido mais apertado, Lira conduziria uma tramitação mais lenta até que o relatório maturasse, com o objetivo de evitar uma derrota.

Uma das surpresas da votação foi o PL, partido do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e um dos principais opositores de Lula, que entregou 29 votos a favor do projeto do novo marco fiscal.

Com cargos no primeiro escalão e responsáveis por uma derrota do governo no plenário recentemente - a derrubada de trechos do decreto que buscava alterar o marco do saneamento -, o MDB, o PSD e o União Brasil viram a maioria de seus parlamentares entregar votos a favor do requerimento de urgência.

Após apresentar seu parecer na segunda-feira, Cajado retomou as reuniões com as bancadas partidárias, com o objetivo de explicar o texto e tentar ampliar o apoio ao seu relatório. Ele está aberto a negociar ajustes no parecer, mas sinaliza que as mudanças

ocorrerão apenas se forem mudanças consensuais.

Ao Valor, Cajado admitiu que vem sendo pressionado para mudar pontos do parecer, como voltar com a proposta do governo de deixar o Fundeb e as verbas para o piso salarial dos enfermeiros de fora do cálculo da meta fiscal, mas que só fará mudanças com acordo entre todos os partidos, Lira e o governo.

O relator disse que prefere votar o parecer conforme apresentado na segunda, "fruto de um esforço de negociação para acolher demandas tanto da esquerda como da direita".

Lira tenta construir um acordo para que todos os partidos votem a favor e não apresentem emendas, mas nesta quarta, PL, Novo e Psol/Rede divergiram da negociação e se manifestaram contra o requerimento de urgência para levar a proposta direto ao plenário.

"Para eu mexer no texto e fazer ajustes, vai precisar do "de acordo" dos líderes [partidários], do "de acordo" do presidente e do "de acordo" do governo", afirmou Cajado.

"Teremos uma reunião na segunda-feira ou terça-feira para conversar sobre os pedidos de alteração", disse. Diante das resistências do PL, Cajado procurou até o presidente do partido, Valdemar da Costa Neto, para pedir apoio. "Acolhi grande arte dos pedidos deles, para ter gatilhos de controle dos gastos, enforcement [regras para forçar o cumprimento da lei]", justificou.

Em seu parecer, Cajado incluiu gatilhos que serão acionados caso o governo descumpra a meta fiscal, como a proibição de aumento real para os **servidores públicos** e veto à expansão de incentivos tributários. A única exceção foi autorizar o aumento real do salário mínimo, um pedido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) negociado pessoalmente pelo ministro da Fazenda.

Favorável ao avanço da proposta, o líder da Maioria na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PPB), afirmou que Cajado "fez um grande trabalho, ouvindo a todos".

O parlamentar paraibano também parabenizou Haddad, que, segundo ele, demonstrou, "além do conhecimento econômico, habilidade política em ouvir o Parlamento".

Por outro lado, o deputado Tarcísio Motta (Psol-RJ) disse que o partido, que é da base do governo, não

acompanhará os demais governistas e votará contra o texto.

**Notícias Relacionadas:**

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA  
Câmara aprova urgência para Marco Fiscal

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187547?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187547?page=1&section=1)**

# "Se perder o 1º ano, passou", diz Alckmin sobre tributária

O vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) afirmou nesta quarta-feira (17) que a proposta de **reforma tributária** precisa ser votada no primeiro ano do governo Lula, ou então perderá timing e correrá o risco de não avançar.

"Estou otimista. Eu acho que está maduro o projeto de **reforma tributária**, bastante discutido, debatido. Reformas têm que aprovar no primeiro ano. Se perder o primeiro ano, passou. É agora que tem que votar", afirmou o vice-presidente.

Ele também disse que a proposta em tramitação no Congresso "não é obra acabada e perfeita", mas que mesmo assim será um avanço e trará eficiência para a economia brasileira.

"Eu acho que ela não é obra acabada e perfeita, mas ela vai ajudar muito, porque ela traz eficiência econômica, simplificação, ajuda nas exportações."

Alckmin assumiu a presidência nesta quarta, com a viagem de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao Japão. RM

**Site:**

[https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50280&maxTouch=0&\\_ga=2.162873658.702525360.1684118486-1980247189.1672582619](https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50280&maxTouch=0&_ga=2.162873658.702525360.1684118486-1980247189.1672582619)

# Por "carro popular" a até R\$ 60 mil, governo quer ajuda dos Estados



Um dos carros mais baratos do País, o Fiat Mobi custa R\$ 69 mil

**CLEIDE SILVA**

Um dos anúncios mais esperados no pacote de medidas para o setor industrial, que o governo deve divulgar na próxima quinta-feira, em evento na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), é o que prevê redução nos preços dos automóveis. A dificuldade está em chegar a uma equação para que alguns modelos sejam oferecidos na faixa entre R\$ 50 mil e R\$ 60 mil.

A intenção inicial, de produtos na faixa de R\$ 45 mil a R\$ 50 mil, se mostrou inviável. A meta agora é ter pelo menos um modelo por cerca de R\$ 55 mil, segundo pessoas a par do assunto ouvidas pelo Estadão. Para isso, o governo tenta envolver também os Estados com cortes no ICMS, medida que se somaria à redução do IPI (imposto federal) e das margens de lucro de montadoras e concessionárias.

O pacote deve incluir juros subsidiados para o financiamento e prazos mais longos para as parcelas. Está em discussão também o uso de parte do FGTS do trabalhador como uma espécie de "fundo garantidor" em caso de inadimplência.

Os juros altos são citados pelas montadoras como o principal entrave para as vendas.

Há ainda medidas para reduzir os preços de automóveis de até R\$ 100 mil, que estão fora do

segmento conhecido como "popular" (ou "de entrada"). Os dois modelos mais baratos à venda hoje são o Renault Kwid e o Fiat Mobi, ambos por R\$ 69 mil.

Outra medida deve favorecer diversos segmentos da indústria, além do automotivo.

Os organizadores do evento na Fiesp aguardam a confirmação da presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para fazer o anúncio. Em sua ausência, o porta-voz será o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin.

Na abertura estarão presentes o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, e o presidente da Fiesp, Josué Gomes da Silva, de acordo com agenda preliminar a que o Estadão teve acesso.

## ESPERANÇA DO SETOR.

A indústria automobilística espera que as medidas ajudem a recuperar as vendas do setor, em queda ou estagnadas desde o início da pandemia. Várias empresas suspenderam a produção temporariamente e deram férias coletivas aos funcionários ou cortaram turnos de trabalho para adequar a produção à demanda.

O presidente da Anfavea (associação das montadoras), Márcio de Lima Leite, afirma que a entidade não está à frente dessa discussão, que tem sido conduzida por algumas montadoras com ajuda da Fenabrave (que representa as concessionárias). "Mas tudo o que for feito para aquecer o mercado é muito bem-vindo." A entidade é contrária a ações como retirada de itens relacionados à segurança e redução de emissões para baratear os preços. Alternativas citadas por algumas empresas são sistemas de multimídia menos sofisticados, além de simplificação de itens como estofamento, forro do porta-malas, tapetes etc.

Outra medida que pode ser anunciada é a volta gradual da cobrança do Imposto de Importação incidente sobre carros elétricos - que está zerado desde 2015 - para incentivar a produção local desses modelos, assim como dos híbridos flex. Essa proposta, contudo, é vista por parte das fabricantes como um

atraso ao País.

Após a cerimônia de abertura do evento está prevista a realização de um painel para debater a nova política industrial.

Haverá ainda outro painel sobre a **reforma tributária** para o crescimento econômico, com a presença de Bernard Appy, secretário extraordinário da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda.

A programação prevê também mais três painéis sobre a desindustrialização e os novos desafios da geopolítica e do financiamento para o desenvolvimento da indústria e fortalecimento das pequenas e médias empresas. Entre os participantes estarão o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Gabriel Galípolo.

O evento será encerrado pelo governador Tarcísio de Freitas.

Régua mais alta

R\$ 45 mil a R\$ 50 mil era a faixa almejada para o carro de entrada, mas meta foi abandonada; faixa está entre R\$ 50 mil e R\$ 60 mil

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Estados se articulam para rever metas de recuperação fiscal

**Rodrigo Carro Do Rio**

Incluídos no Regime de Recuperação Fiscal (RRF), Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul se articulam para reivindicar em conjunto a revisão de metas incluídas no programa de socorro financeiro, conforme apurou o Valor. Na frente tributária, porém, a intenção do governo federal de revisar incentivos fiscais - via reforma - divide opiniões com relação aos seus efeitos sobre o regime.

"A **reforma tributária** acaba com os incentivos fiscais [de maneira] total e os substitui por um fundo de desenvolvimento regional que ninguém sabe ainda como vai ser, porque parece que vai ser regulado por lei complementar", diz Selene Peres Peres, secretária da Economia de Goiás. "O Estado não pode aceitar essa perda de autonomia.

Nós perdemos os incentivos fiscais e ficamos com o quê?" Caso se concretize, o corte de incentivos fiscais poderia ter impacto sobre o cumprimento das metas acordadas no RRF, sustenta o tributarista Leonardo Gallotti Olinto. "Existe a possibilidade de se querer mexer nos incentivos fiscais estaduais, os quais não são meros favores, mas, sim, um verdadeiro contrato administrativo", destaca o sócio do escritório Daudt, Castro e Gallotti Olinto Advogados. A quebra dos contratos ameaçaria a permanência das empresas e, conseqüentemente, teria efeito negativo sobre a arrecadação estadual, sustenta o tributarista.

"Não posso me conformar que haja uma ameaça para saída de empresas de Goiás e que daí eu cresça menos. E se isso acontecer [...] a receita cai e, por consequência, afeta, sim, as metas do regime", concorda a secretária da Economia de Goiás. Os incentivos concedidos pelo governo goiano totalizam R\$ 14 bilhões de renúncia fiscal por ano, dos quais R\$ 8,8 bilhões se referem ao setor industrial.

"Ninguém é contra a **reforma tributária** no que tange aos princípios", esclarece Peres. "Mas o que nós defendemos é que tem de haver um olhar para a autonomia dos Estados. E, também, para a questão do desenvolvimento regional", conclui.

Secretário de Fazenda de Minas Gerais, Gustavo Barbosa afirma que o Estado continuará buscando atrair investimentos por meio dos incentivos fiscais já

ratificados junto ao Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

"Alguém dizer que o incentivo fiscal não é atrativo para as empresas não é fato. [...] A decisão de uma empresa hoje, na grande maioria das vezes, tem a ver com o incentivo fiscal que lhe cabe em cada Estado", ressalta Barbosa.

Já a Fazenda fluminense frisa em nota que a alteração que o governo federal pretende fazer "não muda a relação das empresas com o fisco estadual do Rio de Janeiro".

Fonte que acompanha em detalhe situação financeira do Estado não enxerga relação direta entre o corte de incentivos fiscais e possíveis dificuldades para cumprir metas acordadas no Regime de Recuperação Fiscal.

Na visão dessa fonte, há mais lacunas do que certezas na proposta de **reforma tributária** defendida pelo governo federal. "O [secretário extraordinário da **Reforma Tributária** do Ministério da Fazenda, Bernard] Appy fala muito em princípios. Quando você desce para tentar concretizar a reforma, aí é um tanto de interrogação que se tem, que na verdade vejo hoje em dia como um grande nada", diz a fonte, sob condição de anonimato. "As pessoas acham que no dia seguinte vai ter uma mudança na vida delas.

Não vai. Mais ainda: os subsídios vão acontecer ainda de uma maneira velada", acrescenta.

Em nota, o Ministério da Fazenda esclareceu que o RRF não interfere na autonomia dos Estados e nas decisões de política pública. "O Conselho [de Supervisão do Regime de Recuperação Fiscal] acompanha, apenas, o cumprimento da Lei Complementar nº 159 [que instituiu o RRF] e demais normativos que regulamentam o regime.

Cabe ao Estado indicar os melhores meios para atingir o equilíbrio fiscal, desde que de acordo com as regras previamente estabelecidas", diz o texto enviado por e-mail.

Procurada, a Secretaria de Fazenda do Rio Grande do Sul não respondeu às questões enviadas pelo Valor.

**Site:**

[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187547?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187547?page=1&section=1)

# Sem Lira, governo perde votações na Câmara, diz Ciro Nogueira



Andrea Jubé e Vandson Lima De Brasília

Presidente nacional do Progressistas (PP) e ex-ministro da Casa Civil, o senador Ciro Nogueira (PI) avalia que o governo só conseguirá aprovar na Câmara dos Deputados as propostas que tiverem o aval do presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL). O Palácio do Planalto, diz, até hoje não conseguiu formar uma base consistente de apoio ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), e que essa avaliação não se restringe ao novo arcabouço fiscal.

"O Arthur está consumindo o capital político dele", afirmou.

Líder da minoria, Nogueira criticou o relatório do deputado Claudio Cajado (PP-BA), que é seu correligionário, sobre a nova regra fiscal para controlar os gastos do governo, discordando da exclusão do aumento real do salário mínimo do teto de gastos.

Principal dirigente do PP, Nogueira reconheceu que há parlamentares da legenda que querem compor a base governista e que não se sente à vontade para puni-los porque o PT apoiou a recondução de Lira ao comando da Câmara. "Eu fico um pouco no fio da navalha", reconheceu. Mas reafirmou seguirá na oposição a Lula, embora tenham sido aliados no passado.

Para Nogueira, o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL)

continua sendo a principal liderança de direita no país, mas caso se torne inelegível, o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), será o favorito na sucessão presidencial, e prevê uma vitória fácil se Lula não concorrer à reeleição.

"Se o candidato for Tarcísio, vem todo mundo conosco. Só fica do outro lado o PT, o PSOL, o PSB e o PCdoB", apostou.

A seguir os principais pontos da entrevista ao Valor:  
Valor: Como o PP está posicionado em relação ao governo?

Ciro Nogueira: Um pouco dividido.

Eu sou totalmente oposição ao governo. Grande parte dos deputados acompanha esse meu posicionamento. Mas eu deixei os deputados livres pra votarem de acordo com suas consciências, com seu eleitorado, por conta da questão do Arthur [Lira, presidente da Câmara]. Como ele recebeu o apoio do PT [na reeleição], me constrange um pouco ter uma atuação mais firme. Eu sempre medi essa responsabilidade que o Arthur tem lá. Então eu fico um pouco no fio da navalha.

Mas eu sou de oposição, e o PP é um partido de oposição.

Valor: O senhor foi um aliado de Lula no passado. Seu vínculo com o bolsonarismo é definitivo?

Nogueira: Eu tenho um carinho enorme pelo presidente Lula e sei que ele tem esse carinho por mim. Tem muitos anos que não converso com ele, evitei esse contato.

Acontece que temos uma grande diferença atualmente.

Nunca tivemos a direita forte como temos hoje. Tínhamos uma direita falsa, que era o PSDB, que ocupava esse espaço. Com a chegada do presidente Bolsonaro, as pessoas saíram do armário.

Valor: O senhor é de direita?

Nogueira: Sempre fui de centro- direita. Mas não tinha ninguém liderando esse processo no país. Eu hoje

tenho uma identidade completa com o que fizemos no governo, sou até mais à direita no liberalismo que Bolsonaro.

Não tenho identificação com questões de costumes. E hoje tenho a decisão de ficar na oposição nos próximos quatro anos, estarei contra Lula ou o candidato dele em 2026. Aliado a isso, o Lula de hoje não é o Lula que eu apoiei lá atrás.

Valor: O Lula mudou?

Nogueira: Lula hoje tem um nível de pessoas ao redor dele muito pior do que no passado. Ele tinha pessoas que corrigiam os rumos, tinham autoridade sobre ele. Tinha o José Dirceu, o Palocci, o Márcio Thomaz Bastos. Quando o Lula ia errar, eles diziam: "Por aí, não". Hoje não tem ninguém.

São pessoas que só dizem amém a ele, que não têm coragem de dizer que ele está errado.

Valor: E ele está errando?

Nogueira: Lula não se preparou para assumir o país. Escolheu os ministros políticos em uma semana.

Tanto que essa escolha não se refletiu em base de apoio no Congresso.

Valor: O governo tem base para aprovar projetos importantes?

Nogueira: A articulação toda está nas mãos dos presidentes Arthur Lira e do [Senado] Rodrigo Pacheco [PSD-MG]. Não tem articulação política. Se o Arthur chegar e disser "gente, não vou me envolver nessa votação", o governo perde.

Valor: O arcabouço depende do empenho do Lira?

Nogueira: Vai ser aprovado por conta do Arthur. Ele tem uma liderança que nunca aconteceu no Congresso. Eu o alertei de que ele está consumindo o capital político que tem para ajudar o governo.

Não sei até quando os deputados ficarão votando só na base do prestígio de Arthur. Já noto um desgaste disso. O governo não tem 250 deputados. A base governista tem 180 deputados hoje [de 513].

Valor: O que o senhor achou do relatório do deputado Claudio Cajado sobre a nova regra fiscal?

Nogueira: Ele melhorou bastante o texto, mas deixou pontas soltas. Uma é a questão do salário mínimo. Tem que ter aumento real, mas dentro da responsabilidade fiscal. Se o governo não cumprir

nada, estoura as contas públicas e mesmo assim você ainda permite aumento? Vai dar uma sinalização muito ruim.

Valor: E na **reforma tributária**, Lira vai empenhar o capital político dele para aprovar?

Nogueira: Eu tenho um pessimismo quanto a essa reforma.

Como esse atual governo só pensa em gastar, ele só vai aceitar uma reforma que aumente a carga tributária.

Valor: Mas não existe essa proposta com aumento de imposto.

Nogueira: Não, mas pelo que está vindo do Palácio, só vai se for com esse viés. O próprio Aguinaldo [Ribeiro, relator] tem me dito que não vai concordar com aumento de **impostos**. Vamos aguardar o relatório dele.

Valor: Tudo indica que Bolsonaro não estará na próxima eleição, com uma condenação tornando-o inelegível.

Para onde vai a direita?

Nogueira: Acho absurdo se isso acontecer, mas se acontecer, aí eu tenho certeza que a direita vai ganhar a eleição em 2026. Porque a população não vai aceitar um presidente ser tirado de seus direitos de ser candidato porque se reuniu com embaixadores e porque fraudaram um cartão de vacinas dele. Se ele já é forte, isso [inelegibilidade] vai multiplicar por dez a força dele. Aí não tem nem eleição, já pode botar a faixa no peito do Tarcísio [de Freitas, governador de São Paulo].

Valor: O candidato da direita, com Bolsonaro fora, é o Tarcísio?

Nogueira: Eu acho que política tem fila. E quem está na fila é o Tarcísio. Se ele tiver o apoio do Bolsonaro, ganha.

Valor: Os filhos do Bolsonaro são uma opção?

Nogueira: Podem ser.

Valor: E a Michelle?

Nogueira: Ela vai para o Senado.

Ela não tem esse viés de ser candidata a presidente, pelas conversas que tenho com o presidente Bolsonaro. Se tem uma eleição certa, é a da Michelle

para senadora pelo DF.

Valor: As várias investigações não derreterão a popularidade de Bolsonaro?

Nogueira: A grande questão é que as pessoas olham para alguém como Lula e Bolsonaro e pensa "ele é um de nós". O cara olha para mim, para você, e pode pensar que é um cara inteligente, trabalhador. Mas ele não pensa "é um de nós". Também não pensam isso do Tarcísio, do Haddad.

Por isso também são mais condescendentes com eles. Se tivesse contra mim 10% das acusações que tem contra Lula ou Bolsonaro, eu não era mais político.

Valor: Por que Bolsonaro perdeu para Lula, em sua avaliação?

Nogueira: Se a pandemia não tivesse existido, o Lula nem teria concorrido e Bolsonaro seria reeleito com 70% dos votos. Ele, claro, errou no discurso. A coisa que mais derrotou Bolsonaro na campanha, a mais grave, foi a cena dele tossindo [simulando ironicamente um sintoma de covid], que o TSE não tirou do ar.

Aquilo foi tirado do contexto, como se ele estivesse caçoando das pessoas doentes. Aquilo foi mortal.

Mas foi uma soma de erros.

Paulo Guedes teve milhões de acertos, mas na do salário mínimo [possibilidade de desindexar, com reajuste podendo ser menor que a inflação], atrapalhou.

Valor: Houve alguém que alertasse Bolsonaro que o negacionismo podia custar a eleição?

Nogueira: Eu cheguei para ele e disse: "Presidente, se o senhor se vacinar, cresce sete pontos na pesquisa". Eu tinha me reunido com algumas pessoas e o [Antonio] Lavareda [cientista político] tinha me dito isso. Fui ao Bolsonaro e ele disse: "Ciro, nem f\*\*\*".

Ele teria ganhado a eleição. Se você falasse isso pro Lula, ele tomava 25 vacinas em cada braço.

Valor: O senhor vê uma via alternativa a eles em 2026?

Nogueira: Se o Tarcísio for candidato, só ficam fora da chapa o PT, PCdoB, PDT e PSB. Só. A candidatura dele racha o MDB e, acredito, leva o PSDB para a composição.

Meu grande trabalho hoje é juntar esse grupo. Se for

bem costurado, se as ambições pessoais forem deixadas de lado, este grupo estará unido e leva a próxima eleição. Depois, me cobrem.

Valor: O Tarcísio fica no Republicanos ou vai para o PSD?

Nogueira: Kassab quer, mais que tudo, o governo de São Paulo.

Pensa nisso de manhã, de tarde e de noite.

Valor: Lula irá à reeleição?

Nogueira: Se ele chegar forte para vencer, vai. Mas ele não vai se arriscar. Lula já correu um risco gigantesco em 2022. Se tivesse perdido, seria mais lembrado pela derrota do que pelos dois bons governos que fez.

Valor: E se Lula não concorrer?

Nogueira: Aí é o grande problema do governo Lula. Porque o sucessor natural seria Haddad, se tiver sucesso na política econômica.

E por conta disso, tem oito ministros do governo querendo derrubar o Haddad, trabalhando para ele não ser bem sucedido.

Haddad é um cara inteligente e bem intencionado, mas não entende de economia. Assim como FHC não entendia quando virou ministro da Fazenda. Mas naquela situação, todos trabalhavam a favor do ministro. Agora, jogam contra, porque tem oito ex-governadores e mais alguns aí que querem ser o sucessor de Lula.

Passam o tempo todo falando mal um do outro.

Valor: Como está o clima para votação dos indicados do BC?

Nogueira: O Arthur [Lira] gosta do Galípolo, fala muito bem dele.

Mas ele começou com o pé esquerdo fazendo aquela visita a uma feira do MST. Uma sinalização ruim para quem vai lidar com a política monetária, que deve ser o próximo presidente do Banco Central, pelo que falam.

Foi uma bola fora, mas não vou votar contra ele por causa disso.

Valor: E a possível indicação de Zanin ao STF?

Nogueira: O presidente Lula tem o direito de indicar

qualquer nome que queira, se cumprir todos os requisitos. É um direito do presidente escolher.

**Site:**

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187547?page=1  
&section=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187547?page=1&section=1)**

# Possíveis reformas tributárias no Brasil (Artigo)

**DAVI MOTTA MACIEL**

O sistema tributário brasileiro é bastante conhecido por sua complexidade e elevada carga tributária. Neste cenário, as discussões acerca de possíveis reformas tributárias têm ganhado espaço e relevância. Neste artigo, analisaremos as implicações dos potenciais reformas tributárias no Brasil e seu impacto nos negócios e investimentos, com ênfase no contexto das fusões e aquisições (M A).

Diversas propostas de reforma tributária estão sendo discutidas e defendidas por empresários em todo o Brasil, principalmente da necessidade de simplificar o sistema, reduzir a carga tributária e aumentar a competitividade das empresas. Algumas das principais ideias em debate incluem unificação de impostos como PIS, Cofins, ICMS e ISS, em um único imposto sobre valor agregado (IVA) busca simplificar a apuração e recolhimento de tributos, reduzindo custos e a burocracia.

Bem como a redução do Imposto de Renda (IR) que é outra proposta em discussão para reduzir as alíquotas das pessoas físicas e jurídicas, buscando incentivar a atividade econômica e atrair investimentos.

Essas possíveis reformas tributárias podem ter impactos significativos no ambiente de negócios e investimentos no Brasil, especialmente no que diz

respeito às operações de fusões e aquisições. Alguns desses impactos incluem o aumento da atratividade do mercado brasileiro onde a simplificação do sistema tributário e a redução da carga tributária podem tornar o Brasil mais atrativo para investidores estrangeiros e nacionais, impulsionando a atividade de M A no País.

Outro grande impacto interno será a possibilidade de reavaliação de investimentos e estratégias empresariais, mudanças no sistema tributário podem levar as empresas a reavaliar seus investimentos e estratégias, de modo que poderiam aproveitar o saldo maior no caixa da companhia para buscar por fusões e aquisições como forma de adaptação às novas condições e oportunidades.

Impacto na reforma tributária seria imediato no valuation das empresas envolvidas em processos de M A, uma vez que a redução da carga tributária e a

simplificação do sistema podem gerar economias e melhorar a rentabilidade das empresas.

Como podemos observar, as possíveis reformas tributárias no Brasil têm o potencial de impactar significativamente o ambiente de negócios e investimentos, especialmente no contexto das fusões e aquisições. Ao simplificar o sistema tributário e reduzir a carga tributária, o Brasil poderá se tornar mais atrativo para investidores e empresas, impulsionando a atividade de M A no País.

Entretanto, as reformas tributárias também trazem desafios e incertezas, exigindo que as empresas e investidores se adaptem às novas condições e reavaliem suas estratégias. Neste contexto, é fundamental que as empresas envolvidas em processos de fusões e aquisições estejam atentas às mudanças e preparadas para lidar com os impactos das reformas tributárias em seus negócios e investimentos.

A implementação bem-sucedida das reformas tributárias poderá trazer benefícios significativos para a economia brasileira, estimulando a atividade econômica, a geração de empregos e a atratividade para investimentos. Porém, é importante que as empresas e investidores acompanhem de perto o desenrolar dessas discussões e estejam prontos para se adaptar às mudanças e aproveitar as oportunidades que possam surgir no cenário de fusões e aquisições.

\* Advogado e consultor em M A. E-mail: maciel-davi@hotmail.com

Site: <https://diariodocomercio.com.br/area-do-assinante/logar/>

# Entenda o que é o G7 e quais são as diferenças para o G8 e o G20 (Rússia)

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) deve chegar nesta quinta (18) em Hiroshima, no Japão, onde participará como convidado da cúpula do G7, grupo que reúne algumas das principais economias do mundo. No encontro, os líderes discutirão a Guerra da Ucrânia e seus impactos na economia e segurança, inclusive a alimentar, em todo o mundo.

Criado em 1975, o G7 produziu ao longo da história decisões de importância global. Esta será a sétima participação de Lula em reuniões do grupo como convidado. Entenda mais sobre o fórum e veja as diferenças para o G8 e G20 a seguir.

É a abreviação para Grupo dos Sete, que reúne alguns dos países mais poderosos do grupo. Atualmente, formam a organização os governos de Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão, Reino Unido e EUA.

O G7 se autodefine como fórum das "economias avançadas mais influentes e abertas do mundo [...], vinculadas por valores como democracia e abertura para o exterior". Os membros do grupo se reúnem todos os anos para discutir iniciativas econômicas, políticas e sociais, em áreas como ambiente, direitos humanos, desenvolvimento e saúde. A segurança global também é frequentemente objeto de discussão.

O grupo reúne países alinhados politicamente. Não são as sete maiores economias do mundo, já que China e Índia (2º e 5º lugar em termos nominais, respectivamente) não fazem parte do G7.

Cada ano, o país que detém a presidência do G7 organiza a reunião. São realizados encontros de presidentes e ministros dos países que formam o grupo. Líderes de outras nações podem ser convidados.

O grupo foi estabelecido em 1975 para facilitar uma reação coordenada à crise do petróleo e do câmbio, iniciada em 1971. Foi criado pelo chanceler federal alemão, Helmut Schmidt (1918-2015), e pelo então presidente da França, Valéry Giscard d'Estaing (1926-2020).

À época, o grupo era G6: faziam parte Alemanha, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido. O Canadá entrou para a organização um ano depois,

em 1976, após pedido de Washington.

Algumas instituições financeiras e blocos econômicos atuam nas discussões do grupo e têm influência para a tomada de decisões, entre as quais o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Central Europeu. A União Europeia passou a participar como observadora das cúpulas em 1977 e de todas as reuniões de trabalho em 1981. O bloco é representado pelo presidente da Comissão Europeia e o presidente do Conselho Europeu -atualmente Ursula von der Leyen e Charles Michel, respectivamente.

O grupo produziu ao longo da história decisões de importância global. No ano passado, por exemplo, a cúpula do G7 determinou sanções à Rússia para retaliar a invasão da Ucrânia, iniciada em fevereiro de 2022. Também foi anunciado um investimento de US\$ 600 bilhões (R\$ 2,9 trilhões) em infraestrutura em países em desenvolvimento.

No ano anterior, em 2021, os líderes do G7 trabalharam em uma **reforma tributária** global e concordaram em estabelecer um imposto mínimo de pelo menos 15% para as empresas multinacionais.

O grupo passou a ser chamado de G8 a partir de 1998, com a entrada da Rússia. A expansão do fórum foi uma tentativa de aproximação dos países do Ocidente com o Kremlin após a Guerra Fria e também devido ao poder bélico de Moscou.

Mas a Rússia foi expulsa do grupo em 2014 como retaliação à invasão da Crimeia -península anexada por Moscou após a queda do governo pró-Kremlin na Ucrânia. À época, o ministro de Relações Exteriores russo, Sergei Lavrov, disse que o afastamento do país não era uma "grande tragédia".

É a abreviação para Grupo dos Vinte, que reúne os países com as maiores economias do mundo. Formam a organização 19 Estados e um bloco econômico, a União Europeia.

Atualmente, fazem parte do grupo a África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália.

Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Reino Unido, Rússia, Turquia e União Europeia.

Assim como no G7, os membros do G20 se reúnem todos os anos para discutir iniciativas econômicas, políticas e sociais. Outros países podem ser convidados para os encontros.

O grupo se autodefine como o principal fórum de cooperação econômica internacional, que desempenha "papel importante na formação e fortalecimento da arquitetura e governança global em todas as principais questões econômicas internacionais".

O G20 foi fundado em 1999 após uma crise financeira na Ásia como um fórum para os ministros das Economias e presidentes dos bancos centrais discutirem questões econômicas e financeiras globais.

A partir de 2008, diante de uma maior percepção sobre a importância dos países emergentes na economia global, as reuniões passam a contar também com os chefes de Estados. Mais amplo, o fórum passou a englobar outros temas além da economia, entre os quais o meio ambiente, energia e segurança.

**Site:**

**<https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/05/entenda-o-que-e-o-g7-e-quais-sao-as-diferencas-para-o-g8-e-o-g20.shtml>**

# Custo Brasil chega a R\$ 1,7 trilhão por ano

**Victor Correia**

O chamado Custo Brasil - um dos indicadores usados para medir os custos extras que as empresas têm para produzir no país - alcançou R\$ 1,7 trilhão, em comparação a R\$ 1,5 trilhão em 2019, quando o indicador foi lançado. O valor foi atualizado ontem durante o Fórum de Competitividade. O levantamento foi realizado pelo Movimento Brasil Competitivo (MBC), em parceria com o Mdic.

"Precisamos agir nas causas do baixo crescimento. O custo Brasil não tem uma causa só, mas um conjunto de fatores que tornaram o Brasil caro antes de ser rico. Normalmente, os países ricos são mais caros, mas nós ficamos caros antes de sermos ricos", destacou.

Em 2019, o Custo Brasil representava cerca de 22% do Produto Interno Bruto (**PIB**) da época. Com a atualização, o valor foi 19,5% do **PIB**. O indicador representa o gasto adicional das empresas brasileiras em comparação com a média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), e foi detalhado pelo conselheiro executivo do MBC, Rogério Caiuby.

"Apesar do crescimento nominal, o número apresentou estabilidade em termos reais, justificado pela **inflação** do período", explicou Caiuby. Segundo o levantamento, de 12 itens que afetam o indicador, os mais custosos são: emprego de capital humano; honrar **tributos**; e o uso da infraestrutura brasileira. (VC)

**Site:**

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/05/18/all.pdf>

# Petrobras "guardou gordura" para fim da desoneração, diz Haddad

**Lucas Marchesini**

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), afirmou que a Petrobras não baixou tudo o que podia do preço dos combustíveis para "guardar gordura" para quando acabar a desoneração no preço da gasolina e do diesel feita ainda durante o governo de Jair Bolsonaro (PL).

"O aumento previsto para 1º de julho vai ser absorvido pela queda de preço que foi deixado para esse dia. Não baixamos tudo que podíamos, justamente esperando 1º de julho. Como vai acontecer com diesel no fim do ano", disse o ministro em audiência na Câmara dos Deputados nesta quarta (17).

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) escalonou a reoneração tributária nos combustíveis em março deste ano através de uma MP (Medida Provisória). A alíquota cheia voltará a valer no começo do segundo semestre para a gasolina e no fim do ano para o diesel.

Para evitar uma alta nos preços dos derivados de petróleo -e, por consequência, um impacto negativo na **inflação**-, a Petrobras, conforme disse o ministro da Fazenda, guardou espaço para reduções dos preços dos seus produtos para quando os **impostos** subirem.

Essa queda no preço anunciada pela estatal foi possível graças à queda do dólar e do petróleo, apontou o ministro. Ele criticou a forma como isso foi feito por Bolsonaro no ano passado, que incluiu, além de desonerações federais, uma redução do ICMS cobrado pelos estados sobre os produtos.

"Na mudança de preços da Petrobras, como dólar caiu, petróleo caiu, você consegue acomodar isso sem pressão inflacionária, ajudando no combate à **inflação** sem desorganizar as finanças dos governadores", disse.

A Petrobras anunciou nesta terça (16) o fim da política de paridade de preços internacionais. Na sequência, reduziu o preço da gasolina nas refinarias da estatal em 12,6%, ou R\$ 0,40 por litro. O preço do diesel foi reduzido em 12,8%, ou R\$ 0,44 por litro. Já o preço do gás de cozinha caiu 21,3%, ou R\$ 8,97 por botijão de 13 quilos.

Haddad falou por quase cinco horas na Câmara. Em resposta aos questionamentos de parlamentares, defendeu a gestão de Lula, atacou Bolsonaro e disse ver espaço para a redução de juros.

Em determinado momento, o ministro ouviu do deputado Evair Vieira de Melo (PP-ES) que tinha limitações e respondeu que o parlamentar não tem moral. "[O ministro] não é um especialista. Naturalmente, todo mundo reconhece a sua limitação e até respeita. A discussão não é essa aqui naturalmente. Portanto, a análise que vossa senhoria faz do Banco Central é uma posição rasa", afirmou Melo.

O ministro respondeu atacando o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). "Acho que o seu conceito de limitação é bem diferente do meu. O senhor acha o Bolsonaro uma pessoa pouco limitada. Eu acho que talvez seja a pessoa mais limitada que eu conheci em toda a minha vida", disse o ministro.

"Alguém que apoia um presidente responsável por 11% das mortes por COVID no mundo, em um país com 2,7% da população mundial, nem devia estar falando de limitação com ninguém, porque não tem moral para isso", continuou Haddad.

Ele também defendeu o projeto do arcabouço fiscal dizendo que o crescimento da economia do país não virá através de impulso no gasto do governo, mas sim a partir da estabilização da dívida e da redução da **inflação**.

Cade pede à estatal explicações sobre política de preços

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica pediu explicações à Petrobras sobre a mudança em sua política de preços. O pedido é parte de inquérito que investiga prática de preço abusivo na venda de combustíveis. A nova política comercial da estatal abandona o PPI (preço de paridade de importação), que simula quanto custaria para importar os produtos, mas sem estabelecer uma nova referência para o cálculo dos preços.

**Site:**

[https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50280&maxTouch=0&\\_ga=2.162873658.702525360.16841](https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50280&maxTouch=0&_ga=2.162873658.702525360.16841)

**18486-1980247189.1672582619**

# "Estratégia começa a dar resultado", diz chefe do BC

**EDUARDO LAGUNA/SÃO PAULO e THAÍS BARCELLOS/  
BRASÍLIA**

O presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, disse ontem que o aperto dos juros, atualmente em 13,75% ao ano, começa a dar resultados.

"A **inflação** no Brasil começou a diminuir relativamente mais cedo em comparação a outros países em desenvolvimento", disse Campos Neto, na abertura da conferência anual do BC.

"No segundo semestre de 2022, o principal fator da redução da **inflação** foram os cortes de **impostos** implementados sobre combustíveis, eletricidade e serviços de telecomunicações, mas a diminuição da **inflação** também se deve ao ciclo de aperto da política monetária", disse.

Campos Neto reiterou não haver relação mecânica entre política monetária e a apresentação do novo arcabouço fiscal.

Também destacou que a velocidade de desinflação tende a ser mais lenta nesse momento e que o combate à **inflação** segue sendo um grande desafio para os bancos centrais.

**Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>**

# Em 1º teste da regra fiscal, Câmara aprova urgência com folga



O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), na votação da urgência Pedro Ladeira/Folhapress

**Idiana Tomazelli Victoria Azevedo Danielle Brant**

Em um primeiro teste de apoio dos parlamentares ao novo arcabouço fiscal apresentado pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), a Câmara dos Deputados aprovou por 367 votos a 102 a urgência do projeto de lei complementar que cria novas regras para a gestão das contas públicas.

O placar expressivo da aprovação vai na direção do desejo do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), de reunir um quórum de PEC (proposta de emenda à Constituição) para a aprovação do novo arcabouço. Uma mudança constitucional precisa do apoio de 308 deputados - número superado com folga na votação desta quarta.

O governo teve o respaldo do PT e de siglas como PC do B, PSD, MDB, União Brasil, PSDB e Cidadania. Apesar do apoio expressivo, dois partidos da base aliada de Lula orientaram contra a urgência: PSOL e Rede.

Já o PL do ex-presidente Jair Bolsonaro deu 29 votos favoráveis, apesar da orientação contrária do partido.

O regime de urgência ainda não é a votação do mérito e significa, na prática, que o texto ganha precedência na tramitação em relação a outros projetos em andamento na Casa. A proposta é uma das prioridades da equipe do ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Na última segunda-feira (15), representantes do

governo e lideranças partidárias acertaram que a apreciação do conteúdo do novo arcabouço ocorrerá na semana que vem. Se aprovado, o texto ainda precisa passar pelo Senado.

O líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), afirmou nesta quarta que o PSD deve ficar com a relatoria do texto no Senado. A sigla é a maior da Casa, com 16 membros. Ele citou os nomes do líder, Otto Alencar (PSD-BA), e do senador Omar Aziz (PSD-AM), que presidiu a CPI da Covid.

O relator da proposta, deputado Cláudio Cajado (PP-BA), apresentou seu parecer com mudanças que buscam endurecer a regra, como a inclusão de gatilhos de ajuste das contas em caso de descumprimento das metas e o enxugamento da lista de despesas que ficarão fora do novo limite de gastos.

Entre os gatilhos está a proibição à concessão de novas renúncias fiscais e à adoção de medidas que impliquem reajuste de despesa obrigatória acima da **inflação**.

Por outro lado, Cajado blindou algumas despesas obrigatórias do alcance desses gatilhos, como aquelas atreladas ao salário mínimo.

Havia o risco de o descumprimento da meta travar a política de valorização do salário mínimo, que assegura correção do piso nacional pela **inflação** mais a variação do **PIB** (Produto Interno Bruto) de dois anos antes. A pedido de Lula, porém, o relatório diz expressamente que a política não será impactada pelos gatilhos.

Lula também pediu proteção às despesas com o programa Bolsa Família, e Cajado chegou a dizer que elas ficariam blindadas. Hoje, no entanto, não há uma política de reajuste para os benefícios do programa social. Com isso, em caso de descumprimento da meta fiscal, no ano seguinte o Bolsa só poderá ser corrigido pela **inflação**.

O relator também decidiu conceder na largada uma expansão maior dos gastos em 2024, primeiro ano de vigência da nova regra. O limite vai crescer 2,5% acima da **inflação**, teto da margem estabelecida no marco fiscal (que é de 0,6% a 2,5% ao ano).

Líder do governo na Câmara, o deputado José Guimarães (PT-CE) elogiou o relator do texto e disse que ele "teve uma paciência do tamanho da paciência do ministro Haddad" para dialogar com todos os partidos.

"Frente ao fim do teto de gastos, nós precisamos de um novo regime fiscal para garantir estabilidade, previsibilidade e readquirir a confiança no Brasil perante o mundo e os agentes econômicos", afirmou.

Após a aprovação da urgência, Cajado disse que os parlamentares que votaram a favor nessa etapa podem não estar totalmente satisfeitos com o conteúdo do texto, mas avaliou que o resultado demonstrou consciência sobre a necessidade de aprovar o arcabouço.

"Obviamente que ninguém aqui vai dizer: "eu saio super satisfeito". Mas minimamente satisfeito me parece que todos pensam dessa forma, porque a demonstração no painel fala por si própria", disse.

Segundo ele, os próximos dias até a votação permitirão maior "amadurecimento do texto", embora ressalte que isso não significa certeza de novas mudanças. "Minha opção é manter o texto como está", disse.

Cajado alertou ainda que o desafio do novo governo é buscar as receitas necessárias para conciliar o novo patamar de despesas e a meta de zerar o déficit já em 2024, pois isso significa ter uma arrecadação no mesmo valor dos gastos.

"Nós temos aqui a convicção de que existe um consenso na Casa de que votação de matéria que eleve a atual carga tributária é difícil de ser aprovada", afirmou.

Ainda assim, ele considera a regra factível. "As conversas e tratativas que eu pessoalmente tive, vários líderes tiveram com os representantes do governo, nós deixamos claro o que terá que ser feito, e esse é o desafio do governo, um esforço enorme para fazer um aumento de arrecadação. É possível que isso aconteça", disse o relator.

O parecer teve uma boa receptividade até mesmo entre membros da oposição. Segundo integrantes do PL, o apoio de 29 parlamentares da sigla à urgência do arcabouço pode ser igual ou até maior na votação da próxima semana. A avaliação é que Cajado conseguiu "melhorar" o que foi apresentado pelo governo.

Tramitação da regra fiscal

O que acontece agora, com a aprovação da urgência?

O projeto em regime de urgência pode ser votado rapidamente no plenário, sem necessidade de passar pelas comissões. O relator dá seu parecer durante a sessão no plenário. O texto é lido na tribuna, e há possibilidade de votação imediata. A votação do mérito está prevista para a próxima quarta-feira (24).

O que é preciso para a proposta ser aprovada no Congresso?

Projetos de lei complementar exigem maioria absoluta de votos favoráveis, isto é, mais da metade dos integrantes de cada Casa. Isso significa ao menos 257 votos na Câmara e 41 votos no Senado.

Qual é o percurso final da tramitação?

Após passar pela Câmara dos Deputados, o texto segue para o Senado. Caso não haja mudanças, o texto vai à sanção presidencial.

No entanto, se os senadores fizerem modificações no texto, o projeto retorna para a Câmara, que terá palavra final -os deputados podem acatar as mudanças dos senadores ou restituir o texto originalmente aprovado na Câmara. Nesse caso, após a nova votação o texto é remetido à sanção do presidente da República.

O chefe do Executivo tem 15 dias úteis para sancionar o projeto integral ou com vetos parciais em alguns dispositivos, ou ainda vetá-lo totalmente. Todos os vetos passam por posterior validação do Congresso, que pode derrubá-los mediante maioria absoluta de deputados (257) e senadores (41).

**Site:**

[https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50280&maxTouch=0&\\_ga=2.162873658.702525360.1684118486-1980247189.1672582619](https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50280&maxTouch=0&_ga=2.162873658.702525360.1684118486-1980247189.1672582619)

# Economia surpreende no 1º tri, mas deve perder ritmo

**Leonardo Vieceli**

Resultados de setores da economia brasileira pesquisados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) surpreenderam analistas, reforçando as projeções de um cenário mais positivo para o **PIB** (Produto Interno Bruto) do primeiro trimestre.

Esse contexto, porém, não afasta a expectativa de perda de ritmo da atividade econômica ao longo de 2023. A avaliação ainda é que os juros elevados, as restrições de crédito e o desaquecimento da economia global tendem a impedir um desempenho mais forte no acumulado do ano.

Nesta quarta (17), o IBGE informou que as vendas do varejo subiram 0,8% em março ante fevereiro. O dado ficou bem acima das previsões dos analistas consultados pela agência Reuters, que esperavam retração de 0,8%.

Com o resultado, o varejo fechou o primeiro trimestre de 2023 com alta de 2% frente aos três meses imediatamente anteriores. O setor está 4,3% acima do patamar pré-pandemia, de fevereiro de 2020.

Em relatório assinado pelo economista Gabriel Couto, o Santander Brasil destacou que as vendas do varejo vieram acima das expectativas em março.

Com isso, a projeção atualizada com maior frequência pelo banco passou a indicar crescimento de 1,1% para o **PIB** do primeiro trimestre, ante 1% da estimativa anterior.

Para o acumulado deste ano, o Santander prevê alta de 1%, com desaceleração em meio ao desaquecimento da economia global e aos juros elevados no Brasil.

O Itaú Unibanco, também em relatório, afirmou que os números positivos das vendas do varejo no primeiro trimestre "mostraram certa resiliência da atividade econômica no período".

"O mercado de trabalho mais forte do que o esperado e o estímulo fiscal apoiaram os gastos das famílias", diz a análise assinada pelos economistas Natalia Cotarelli e Matheus Fuck.

"Apesar disso, esperamos alguma desaceleração nas vendas no varejo nos próximos meses em meio aos efeitos defasados da política monetária", completa.

No mesmo relatório, o Itaú indica que a estimativa para o **PIB** trimestral avançou de 1,3% para 1,4%, levando em consideração o acompanhamento atualizado com maior frequência.

Antes de apresentar os números do comércio varejista, o IBGE informou na terça (16) que o volume de serviços em março cresceu 0,9% ante fevereiro. A expectativa de analistas consultados pela Reuters era de uma variação menor, de 0,5%.

O avanço veio após queda de 2,9% em janeiro e crescimento de 0,7% em fevereiro. O setor de serviços fechou o primeiro trimestre com retração de 0,3% em relação aos três meses anteriores.

O segmento, contudo, vem de uma base de comparação mais alta devido à retomada dos negócios após as restrições da pandemia. Sinal disso é que o ramo está 12,4% acima do nível de fevereiro de 2020, segundo o IBGE.

"O setor de serviços tem sido o grande protagonista, fez a gente rever o **PIB** para cima", diz o economista Igor Cadilhac, do banco Original, destacando os avanços do segmento depois da queda em janeiro.

Após a divulgação dos dados de serviços referentes a fevereiro, as projeções do Original para o **PIB** foram revisadas para alta de 1,1% no primeiro trimestre e avanço de 0,8% no acumulado de 2023. As estimativas anteriores eram de 0,5% e 0,7%, respectivamente.

Na visão de Cadilhac, as boas condições da safra de grãos e o mercado de trabalho ainda aquecido, mesmo com a desaceleração recente, beneficiaram a atividade econômica na largada do ano.

Isso, pondera, não elimina as dificuldades do radar para o restante de 2023. "O cenário é bem desafiador, com juros altos, endividamento das famílias", aponta o economista.

Na semana passada, o IBGE informou que a produção

industrial cresceu 1,1% em março. A expectativa de analistas era de alta de 0,8%, conforme pesquisa da agência Reuters.

O crescimento registrado pelas fábricas veio após dois recuos consecutivos (-0,3% em janeiro e -0,2% em fevereiro). O nível da produção industrial, contudo, ainda está 1,3% abaixo do pré-pandemia.

O resultado do **PIB** do primeiro trimestre de 2023 será divulgado no dia 1º de junho pelo IBGE. No quarto trimestre de 2022, o indicador recuou 0,2% frente aos três meses imediatamente anteriores. Mesmo assim, fechou 2022 com alta de 2,9% no acumulado do ano.

A desaceleração da atividade econômica em 2023 já era prevista pelos analistas devido a fatores como os juros elevados.

O BC (Banco Central) vem mantendo a taxa básica de juros (Selic) em 13,75% ao ano. Ao tentar esfriar a demanda por bens e serviços, a Selic de dois dígitos busca frear os preços e ancorar as expectativas para a **inflação**.

O efeito colateral esperado é a perda de ritmo da atividade econômica, já que o crédito fica mais caro para empresas e consumidores.

Custo Brasil consome R\$ 1,7 trilhão das empresas, diz estudo

O chamado custo Brasil consome R\$ 1,7 trilhão por ano do setor produtivo nacional, o equivalente a 19,5% do **PIB**, segundo estudo divulgado nesta quarta (17).

Esse valor representa a despesa adicional que as empresas têm para produzir no país, na comparação com a média dos custos nos membros da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

O estudo foi divulgado pelo MBC (Movimento Brasil Competitivo), que reúne empresários, em parceria com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

O cálculo do custo Brasil leva em consideração todo o ciclo de vida dos negócios. São avaliados indicadores mais recentes à disposição em 12 áreas apontadas como vitais para a competitividade.

A expressão custo Brasil costuma ser usada por economistas e empresários para definir o emaranhado de dificuldades estruturais, burocráticas e econômicas que afetam o desenvolvimento dos negócios no país.

"Se a gente tivesse as mesmas condições [da média

da OCDE], o setor produtivo poderia economizar R\$ 1,7 trilhão", diz Rogério Caiuby, conselheiro-executivo do MBC.

A primeira edição do estudo foi divulgada em 2019. Na ocasião, o custo Brasil foi estimado em R\$ 1,5 trilhão por ano (em valores da época). A quantia era equivalente a 22% do **PIB**.

Apesar de o percentual ter diminuído em relação ao **PIB**, não houve grande avanço para a redução dos entraves nos últimos anos, diz Caiuby. "A gente andou de lado."

Na visão do conselheiro, a melhora do quadro depende de projetos que levam tempo para saírem do papel. Ele cita pelo menos três pontos principais para essa melhora: qualificação da mão de obra, infraestrutura e sistema tributário.

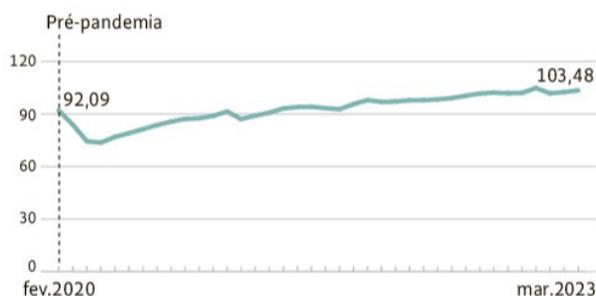
**Site:**

[https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50280&maxTouch=0&\\_ga=2.162873658.702525360.1684118486-1980247189.1672582619](https://acervo.folha.uol.com.br/digital/leitor.do?numero=50280&maxTouch=0&_ga=2.162873658.702525360.1684118486-1980247189.1672582619)

## Desempenho dos setores no Brasil

### Volume do setor de serviços

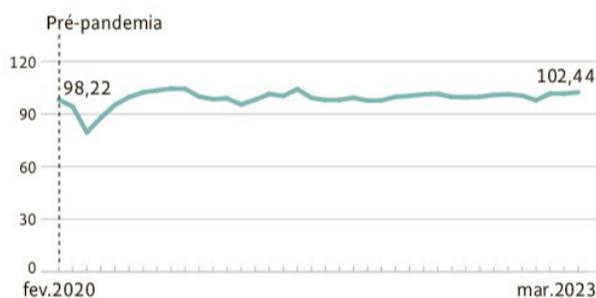
Número-índice



▲ Distância em relação ao pré-pandemia: **12,4% acima**

### Vendas do varejo

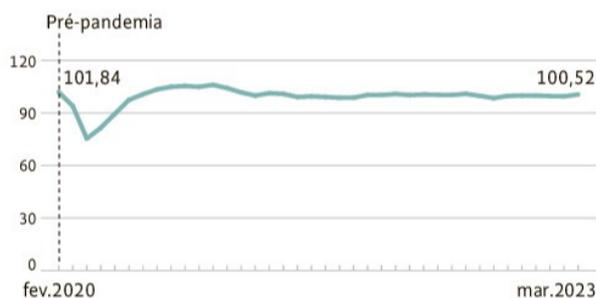
Número-índice



▲ Distância em relação ao pré-pandemia: **4,3% acima**

### Produção industrial

Número-índice



▼ Distância em relação ao pré-pandemia: **1,3% abaixo**

### Variações mensais

Em relação ao mês imediatamente anterior, em %



Fonte: IBGE

## Marcha à ré (Editorial)

Em comemoração ao Dia da Indústria, em 25 de maio, o governo corre contra o tempo para lançar um pacote de medidas que proporcione o retorno do "carro popular". A meta inicial era que o mercado voltasse a oferecer veículos com preço entre R\$ 45 mil e R\$ 50 mil, mas, convencido pelo setor automotivo, o governo teria chegado à conclusão de que esse objetivo é inviável e ajustado suas expectativas para um valor em torno de R\$ 55 mil.

A condução do debate sobre o programa apresenta equívocos de origem. Em primeiro lugar, o preço do carro popular parece ser uma simples conta de chegada, sem nenhuma base a justificá-lo que não o marketing, o que revela o nível de improviso com que o tema tem sido tratado. A efeméride do Dia da Indústria, por sua vez, agregou um senso de urgência que favorece a adoção de soluções simplórias para problemas complexos, o que nunca é um bom caminho em se tratando de políticas públicas que se pretendem consistentes.

Os problemas do setor automotivo não são recentes. Produção e vendas estão estagnadas há anos. Com o aumento dos custos dos insumos durante a pandemia, novos critérios para reduzir as emissões e requisitos mínimos de segurança veicular, os carros mais baratos ofertados no País são vendidos por R\$ 69 mil, valor inacessível para a maioria da população. O custo dos financiamentos subiu acompanhando a elevação da taxa básica de juros, enquanto a renda do trabalhador, corroída por uma inflação resiliente, não cresce há dez anos. É uma combinação trágica para um setor que tem excesso de capacidade instalada no País e que precisa de escala para se manter.

Para evitar demissões e fechamento de unidades, a estratégia da indústria tem sido adotar férias coletivas, cortar turnos e suspender a produção. Pátios de montadoras lotados são uma pressão adicional para o presidente Lula, sensível às demandas do setor que o projetou como líder político e em busca de uma agenda positiva para reconquistar o apoio de uma classe média empobrecida, endividada e impaciente. A pergunta que ninguém no governo ousa fazer é como o retorno do carro popular se tornou a resposta para esses problemas, quando ele representa o oposto do que o País precisa para crescer e de desenvolver de forma sustentável.

Ao que tudo indica, relançar o carro popular demandará uma nova rodada de desonerações, como se o setor não acumulasse privilégios tributários há

décadas. A mais recente medida que entrou na mesa de negociações é a retomada da cobrança de Imposto de Importação de carros elétricos - aparentemente, há quem acredite que a isenção explica a falta de investimentos na produção desse tipo de veículo em território nacional. Mas é estarrecedor que, para reduzir o custo de aquisição do produto, o governo cogite ir além: autorizar o uso do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) como garantia dos financiamentos e retirar itens básicos relacionados a emissões e de segurança dos veículos.

Desde que se instalou no País, há cerca de 70 anos, o setor vive de permanentes subsídios fiscais e de proteção contra a concorrência estrangeira. A indústria automotiva tem todo o direito de fazer lobby junto ao governo para manter esses benefícios, mas cabe ao Executivo distinguir interesses privados de interesses públicos. Afinal, toda intervenção governamental em qualquer setor deve ter uma justificativa, pois ela gera custos e consequências de curto, médio e longo prazos.

Antes de propor mais uma política pública atrelada ao passado, o governo faria bem se avaliasse com coragem e realismo os resultados que programas anteriores, como o Inovar-Auto, do governo Dilma Rousseff, e o Rota 2030, de Michel Temer, trouxeram ao País em termos de eficiência, produtividade, inovação e crescimento. Somam-se a esse contexto as ações do governo com vistas à transição energética, uma agenda que o País tem todas as condições de liderar em termos mundiais. Nesse sentido, qualquer incentivo à aquisição de veículos e ao transporte individual, além do alto custo, representa, no mínimo, uma incoerência.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Mexida no arcabouço amplia gastos

**ADRIANA FERNANDES MARIANA CARNEIRO BRASÍLIA**

Dois dispositivos inseridos pelo relator do novo arcabouço fiscal na Câmara, Cláudio Cajado (PP-BA), permitem que o governo de Luiz Inácio Lula da Silva amplie as despesas em cerca de R\$ 80 bilhões adicionais nos próximos dois anos, segundo estimativas do mercado financeiro. Técnicos da Câmara que assessoram o parlamentar admitem a expansão, mas projetam um valor menor, ao redor de R\$ 42 bilhões. O texto, cuja urgência foi aprovada ontem por 367 votos a 102, deve ir a votação na terça ou na quarta-feira da próxima semana.

Ao Estadão, Cajado afirmou que os dispositivos, negociados com o governo, foram incluídos para compensar os efeitos da desoneração dos combustíveis em 2022.

A mexida determina que, no primeiro ano, o crescimento das despesas se dê no topo da permissão de gastos da regra, que tem como um de seus pilares que as despesas cresçam entre 0,6% e 2,5% acima da **inflação**.

Segundo o ex-secretário do Tesouro Nacional Jefferson Bittencourt, economista da gestora ASA Investments, a medida pode fazer com que o governo ganhe folga de R\$ 40 bilhões no primeiro ano.

Ele ressalta que a despesa no ano que vem deveria crescer perto do piso de 0,6%. "De uma maneira direta, é incluído na regra que a despesa em 2024 não crescerá pelo piso, mas pelo teto. Tem aí 1,9% de crescimento das despesas já definido extrarregra", diz. A segunda brecha pode abrir mais R\$ 40 bilhões em 2025.

Ela permite a incorporação à base de gastos, naquele ano, de um crédito suplementar gerado em 2024 a partir da **inflação** do segundo semestre de 2023 - já que o relator alterou o cálculo da **inflação** que corrigirá o limite de gastos.

De acordo com Bittencourt, o relatório contém avanços para forçar a gestão fiscal a entregar as metas, mas o "enforcement" (incentivo para atingir os objetivos) foi atenuado.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>